

**EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E
PREVIDÊNCIA****CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE
NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA****CONTRIBUTION OF SOCIAL WORK IN THE PROMOTION OF EQUITY IN
BRAZILIAN PUBLIC HEALTH****Ayla Alice Sena Ribeiro¹****RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar a contribuição do Serviço Social na promoção da equidade na saúde pública brasileira, com base em algumas obras onde o estudo se aprofunda em uma das obras de Marques (2019). A abordagem metodológica adotada é uma revisão bibliográfica, que percorre a evolução dos cuidados de saúde no Brasil, desde iniciativas filantrópicas até a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) como um direito constitucional. A partir disso, destacam-se as principais contribuições dos profissionais de Serviço Social, que atuam como mediadores entre usuários, equipes de saúde e políticas públicas, buscando garantir direitos, enfrentar desigualdades e promover a participação da comunidade na formulação de políticas de saúde de qualidade. Conclui-se que, apesar dos avanços representados pelo SUS, as desigualdades sociais e regionais persistem como desafios significativos, e é nesse contexto que os assistentes sociais desempenham um papel estratégico, ao abordar os determinantes sociais da saúde e buscar soluções abrangentes e inclusivas para construir um sistema de saúde mais justo e igualitário para todos os brasileiros.

Palavras-chave: Serviço Social; equidade; saúde pública; Sistema Único de Saúde (SUS).

ABSTRACT

This article aims to analyze the contribution of Social Work in promoting equity in Brazilian public health, based on some works where the study delves into one of Marques' (2019) works. The adopted methodological approach is a bibliographical review, tracing the evolution of healthcare

¹ Discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: aylasena020@gmail.com.

in Brazil, from philanthropic initiatives to the implementation of the Unified Health System (SUS) as a constitutional right. From this, the main contributions of Social Work professionals are highlighted, acting as mediators between users, healthcare teams, and public policies, seeking to guarantee rights, address inequalities, and promote community participation in the formulation of quality health policies. It is concluded that, despite the advancements represented by SUS, social and regional inequalities persist as significant challenges, and it is in this context that social workers play a strategic role, addressing the social determinants of health and seeking comprehensive and inclusive solutions to build a more just and equitable healthcare system for all Brazilian.

Keywords: Social services; equity; public health; Unified Health System (SUS).

1 INTRODUÇÃO

A saúde pública no Brasil é um tema complexo, permeado por questões de equidade e acesso aos serviços de saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como saúde um estado de completo bem-estar físico, mental e social e destaca a amplitude e a interconexão dos aspectos que envolvem a saúde, indo além da mera ausência de doenças. No contexto brasileiro, a história dos cuidados de saúde remonta a iniciativas filantrópicas e ações pontuais do Estado, evoluindo até a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como um direito constitucional.

A criação do SUS, estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei 8.080/1990, representou um marco na democratização do acesso aos serviços de saúde no país. Fundamentado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, o SUS visa garantir atendimento a toda a população, independentemente de sua condição socioeconômica. No entanto, apesar dos avanços, persistem desafios significativos relacionados à equidade em saúde, especialmente no que diz respeito às disparidades socioeconômicas e regionais.

Nesse contexto, a atuação do Serviço Social na saúde pública brasileira desempenha um papel importante. Além de oferecer assistência direta, os profissionais de Serviço Social compreendem os determinantes sociais da saúde e buscam soluções que considerem a integralidade do cuidado e a inclusão social. A partir de uma abordagem crítica e comprometida com a equidade, esses profissionais colaboram para a promoção de um sistema de saúde mais justo e igualitário.

Por fim, o artigo tem como objetivo principal investigar como as políticas de saúde e a atuação dos assistentes sociais contribuem para a promoção da equidade em saúde no Brasil. Com isso, para uma profunda reflexão sobre a temática as referências consultadas, destacam-se os estudos de Carvalho (2013), Marques (2019), Siqueira, Hollanda, Motta (2017), Oliveira e Pitombeira (2020), Campos (2006), Sarreta (2008) e Quintino et al. (2012), que oferecem uma percepção sobre a evolução dos cuidados de saúde no país, as políticas de saúde e a contribuição do Serviço Social na promoção da equidade em saúde.

2 SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como saúde “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. (Marques, 2019). De igual modo, essa definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) vai além da mera ausência de doenças, incorporando aspectos físicos, mentais e sociais para descrever o que é saúde. Isso significa que a saúde não se limita apenas à ausência de enfermidades, mas também engloba o bem-estar físico, mental e social de uma pessoa. Portanto, uma pessoa considerada saudável não apenas não está doente, mas também desfruta de qualidade de vida em todas essas áreas, incluindo aspectos emocionais, sociais e psicológicos.

De acordo com Carvalho (2013) a história dos cuidados com a saúde no Brasil começou com a filantropia religiosa, onde instituições e médicos filantropos atendiam as pessoas. Paralelamente, o Estado realizava ações pontuais de saúde, como campanhas de vacinação e saneamento básico. Mais tarde, o Estado passou a intervir em doenças negligenciadas, como doença mental, hanseníase e tuberculose. Em 1923, a Lei Elói Chaves estabeleceu a saúde dos trabalhadores como componente do sistema previdenciário, começando com caixas de pensão e evoluindo para institutos, culminando no INPS, um grande instituto que congregava todos os trabalhadores.

Com isso, foi somente a partir da Constituição Federal brasileira de 1988 que estabeleceu a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, e para garantir esse direito, criou o Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 que determina a proteção e recuperação da saúde. (Rocha, 2008). O SUS é baseado em três pilares fundamentais: universalidade, igualdade de acesso e integralidade no atendimento.

Antes do SUS, apenas pessoas com emprego formal ou ligadas à previdência social tinham acesso aos serviços de saúde pública, como mencionado acima por Carvalho. No entanto, desde sua criação, o SUS democratizou o acesso à saúde, proporcionando atendimento a toda a população, independentemente de sua condição socioeconômica. Apesar dos desafios financeiros, políticos e administrativos, o SUS continua sendo um pilar essencial do sistema de saúde brasileiro, e muitas políticas públicas foram desenvolvidas a partir dessa abordagem inclusiva e abrangente. (Marques, 2019).

2.1 EQUIDADE EM SAÚDE NO BRASIL

A história dos cuidados com a saúde no Brasil revela uma trajetória marcada pela evolução de conceitos e políticas, desde a filantropia religiosa até a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como um pilar essencial do sistema de saúde brasileiro, conforme destacado por Carvalho (2013) e Marques (2019). No entanto, essa jornada também evidencia desafios persistentes, especialmente no que diz respeito à equidade em saúde. Apesar dos avanços na democratização do acesso aos serviços de saúde, as disparidades socioeconômicas e regionais ainda representam obstáculos significativos para alcançar um sistema de saúde verdadeiramente inclusivo.

Segundo Siqueira, Hollanda, Motta (2017) equidade em saúde significa proporcionar a todas as pessoas oportunidades justas para alcançar seu potencial máximo de saúde. Isso envolve reduzir as disparidades evitáveis no estado de saúde e no acesso aos serviços de saúde entre grupos com diferentes níveis de privilégio social. As discussões sobre equidade em saúde destacam as disparidades sistemáticas entre grupos sociais, baseadas em fatores como riqueza, poder e prestígio.

No contexto brasileiro, a desigualdade no acesso a saúde pública nesses diferentes níveis que são, por exemplo, regiões rurais que na maioria das vezes têm acesso ilimitado a serviços básicos, e que de acordo com a Constituição Federal de 1988 é de acesso para todos que dela necessita independentemente de sua condição socioeconômica, local de residência, etnia ou qualquer outra característica. Isso implica em políticas e ações que visam reduzir as disparidades no acesso à saúde e nos resultados de saúde entre diferentes grupos populacionais, buscando promover um sistema mais justo e inclusivo.

Dessa forma, a relação entre as condições de saúde da população e as questões sociais

indica que as condições de vida impactam diretamente na saúde das pessoas. As desigualdades sociais são cruciais para compreender a saúde humana, pois influenciam tanto a presença de doenças e mortalidade quanto a qualidade e expectativa de vida. Isso ressalta a importância do papel do Estado no enfrentamento das questões sociais para melhorar significativamente a saúde da população. (Oliveira e Pitombeira, 2020).

Portanto, Campos (2006) ressalta que a equidade em saúde está relacionada não apenas ao acesso aos serviços, mas também à qualidade e eficácia desses serviços onde aponta que, embora haja uma expansão no acesso à atenção básica, parte dessa ampliação ocorre de forma superficial, com foco na quantidade de consultas e exames, em vez da eficácia no tratamento de problemas de saúde. Por exemplo, os pronto-atendimentos são citados como uma forma populista de aumentar o acesso, sem necessariamente melhorar a qualidade do atendimento. Por fim, o autor enfatiza que ao analisar o modelo de atenção à saúde e seus resultados, é essencial para discutir a equidade, garantindo que todos tenham acesso a serviços de saúde eficazes e de qualidade.

3 SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA

A atuação do Serviço Social na saúde pública brasileira, respaldada pela Constituição Federal de 1988, vai além da assistência direta, abrangendo a compreensão dos determinantes sociais da saúde. A Carta Magna, em seu Artigo 194, estabelece a seguridade social como um conjunto integrado de ações e políticas, envolvendo saúde, previdência e assistência social. Dessa forma, profissionais de Serviço Social desempenham um papel estratégico na articulação entre diferentes políticas sociais, visando à promoção da qualidade de vida e à garantia do direito à saúde para toda a população, como ressaltado por Siqueira, Hollanda, Motta (2017).

Bem como, ao considerar as desigualdades socioeconômicas e regionais como obstáculos para um sistema de saúde inclusivo, o Serviço Social busca soluções que considerem a integralidade do cuidado e a inclusão social, segundo Campos (2006). Essa abordagem crítica reconhece a importância de uma leitura contextualizada da realidade, identificando os determinantes sociais, econômicos e culturais das desigualdades, e promovendo uma intervenção totalizante em busca da equidade em saúde, de acordo com os autores Oliveira e Pitombeira (2020).

Além disso, os profissionais atuam na interface entre usuários, equipe de saúde e

políticas públicas, buscando assegurar direitos, enfrentar desigualdades e promover a participação popular na construção de políticas sociais voltadas para a saúde. A abordagem é pautada na compreensão das condições sociais que impactam a saúde na busca por soluções que considerem a integralidade do cuidado e a inclusão social.

Ademais, os profissionais de Serviço Social de acordo com o seu código de ética profissional e a lei que regulamenta a profissão (8662/93) devem distanciar-se das abordagens tradicionais e pragmáticas, focando em uma perspectiva crítica que reconheça as desigualdades sociais e intervenha de forma totalizante. Isso inclui uma leitura crítica da realidade, identificação dos determinantes sociais, econômicos e culturais das desigualdades, reconhecimento e fortalecimento dos espaços de luta dos trabalhadores, e formulação coletiva de estratégias para modificar a realidade e pressionar o Estado para garantir recursos para ampliar direitos. (CFESS, 2008).

De acordo com Sarreta (2008) o assistente social na área da saúde possui atribuições específicas que contribuem para o desenvolvimento de estratégias de atendimento às necessidades sociais dos usuários. Isso inclui ações interdisciplinares, intersetoriais e comunitárias, visando à atenção integral e ao fortalecimento da saúde como um direito de cidadania. Trabalhando em equipe de forma multidisciplinar, o assistente social promove uma visão ampliada da saúde, considerando-a um elemento central para o desenvolvimento social, econômico e político do país.

Com isso, o Serviço Social na área da saúde valoriza a colaboração entre diferentes disciplinas para garantir que todas as necessidades da população sejam atendidas ao mediar entre seus interesses e os serviços prestados. Através de atividades como plantões, avaliações socioeconômicas, assistência material, entrevistas e visitas domiciliares, os assistentes sociais contribuem para que as pessoas tenham acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). Isso é evidenciado pela presença facilitada do assistente social nas unidades de saúde, onde oferecem acolhimento, escuta qualificada e divulgação de programas. Além disso, eles identificam demandas de saúde e sociais, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e programas que garantam os direitos dos usuários. (Sarreta, 2008).

4 CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE

As contribuições do Serviço Social na saúde pública brasileira, respaldado pela

Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Regulamentação da profissão 8.662 de 7 de junho de 1993 como já mencionado ao longo do texto é fundamental para a promoção da equidade em saúde.

Os profissionais de Serviço Social não apenas elaboram, implementam e avaliam políticas sociais em colaboração com diversos atores, mas também reconhecem os determinantes sociais da saúde, intervindo de forma preventiva para garantir o bem-estar das comunidades. Integrados às equipes de saúde, eles promovem a cidadania e fortalecem redes de suporte social, garantindo o acesso equitativo aos serviços de saúde e trabalhando para reduzir as disparidades de saúde. Essa abordagem multidisciplinar e comprometida com a inclusão social é essencial para garantir que todos tenham acesso igualitário aos serviços de saúde e condições adequadas para alcançar a saúde individual e coletiva.

Segundo Quintino *et al.* (2012), o assistente social desempenha um papel fundamental na integração das equipes de saúde, especialmente devido à sua compreensão dos determinantes sociais da saúde. Ao reconhecer os fatores sociais como componentes essenciais das condições de vida e saúde, eles estão bem-posicionados para identificar potenciais riscos e intervir de forma preventiva. Além disso, podem aproveitar as estratégias de promoção da saúde para fornecer assistência de forma mais eficaz, contribuindo assim para a melhoria do bem-estar geral das comunidades atendidas.

Com a ênfase na Atenção Primária como modelo central da Política Nacional de Saúde, há um reconhecimento crescente da importância do trabalho multiprofissional. Isso se reflete na criação de programas como as residências multiprofissionais em Saúde da Família, que visam formar profissionais capacitados para atuar na Atenção Básica, inclusive nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). O assistente social, nesse contexto, desempenha um papel relevante na promoção da cidadania e na criação de estratégias para fortalecer redes de suporte social. Sua atuação permite a realização de ações intersetoriais que contribuem para um cuidado mais abrangente e eficaz. (Quintino *et al.*, 2012).

O assistente social atua em sinergia com equipes de saúde, potencializando ações multiprofissionais em prol da saúde como direito universal e igualitário. Sua atuação visa garantir acesso equitativo aos serviços de saúde e às condições necessárias para promover, proteger e recuperar a saúde, em consonância com políticas públicas que visam reduzir os riscos de doenças e outros agravos. Em colaboração com outros profissionais de saúde, o assistente social media o acesso aos serviços de saúde e garante condições para o alcance da saúde

individual e coletiva, bem como outros direitos sociais, conforme estabelecido na legislação que regula a profissão (Quintino *et al.*, 2012).

Com isso, esse contexto da evolução dos cuidados de saúde no Brasil, desde iniciativas filantrópicas até a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) como um direito constitucional, fica claro a contribuição do Serviço Social na busca pela equidade em saúde. Porém, embora o SUS represente um avanço na democratização do acesso aos serviços de saúde, as desigualdades sociais e regionais persistem como desafios significativos, e é nesse cenário que os profissionais de Serviço Social têm uma função estratégica, ao abordar os determinantes sociais da saúde e buscar soluções abrangentes e inclusivas. Ao atuarem como mediadores entre usuários, equipes de saúde e políticas públicas, os assistentes sociais trabalham para garantir direitos, enfrentar desigualdades e promover a participação da comunidade na formulação de políticas de saúde de qualidade. Com uma abordagem crítica e comprometida com a equidade, esses profissionais contribuem para a construção de um sistema de saúde mais justo e igualitário para todos os brasileiros.

5 CONCLUSÃO

A trajetória da saúde pública no Brasil, desde suas origens na filantropia religiosa até a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), reflete um percurso marcado por avanços e desafios. A definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social destaca a abrangência e a interconexão dos aspectos que envolvem a saúde, indo além da simples ausência de doenças.

Ademais, a criação do SUS, estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e pela lei 8.080, representou um marco na democratização do acesso aos serviços de saúde, fundamentado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade. No entanto, persistem desafios significativos relacionados à equidade em saúde, especialmente no que diz respeito às disparidades socioeconômicas e regionais.

Nesse contexto, a atuação do Serviço Social desempenha um papel essencial, ao reconhecer as desigualdades sociais e regionais como obstáculos para um sistema de saúde verdadeiramente inclusivo, o Serviço Social busca soluções que considerem a integralidade do cuidado e a inclusão social. Integrados às equipes de saúde, esses profissionais promovem a cidadania, fortalecem redes de suporte social e trabalham para reduzir as disparidades de

saúde. Por fim, a atuação do Serviço Social na saúde pública brasileira é essencial para a promoção da equidade em saúde, contribuindo para a construção de um sistema de saúde mais justo e igualitário para todos os brasileiros. Ao enfrentar os desafios e buscar soluções abrangentes e inclusivas, os profissionais de Serviço Social desempenham um papel fundamental na garantia do direito à saúde e na promoção do bem-estar da população.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Casa Civil et al. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da união**, v. 1, p. 1-1, 1990.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Reflexões temáticas sobre equidade e saúde: o caso do SUS. Saúde e Sociedade**, v. 15, p. 23-33, 2006.
- CARVALHO, Gilson. **A saúde pública no Brasil. Estudos avançados**, v. 27, p. 7-26, 2013.
- DE SERVIÇO SOCIAL, Conselho Federal et al. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. 2007.
- FEDERAL, Senado. Constituição. **Brasília (DF)**, 1988.
- MARQUES, A. J. S. *et al.* **Direito a saúde, cobertura universal e integralidade possível**. 2019.
- PITOMBEIRA, Delane Felinto; OLIVEIRA, Lucia Conde de. **Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária**. *Ciência & saúde coletiva*, v. 25, p. 1699-1708, 2020.
- QUINTINO, Thiago Dias *et al.* **As contribuições do assistente social no campo da promoção da saúde: desafios e possibilidades**. *Revista de APS*, v. 15, n. 3, 2012.
- ROCHA, Sara dos Santos. **Sistema Único de Saúde**. 2018.
- SARRETA, Fernanda Oliveira. **O trabalho do assistente social na saúde**. *Ciência et Praxis*, v. 1, n. 02, p. 39-46, 2008.
- SIQUEIRA, Sandra Aparecida Venâncio de; HOLLANDA, Eliane; MOTTA, José Inácio Jardim. **Políticas de Promoção de Equidade em Saúde para grupos vulneráveis: o papel do Ministério da Saúde**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 1397-1397, 2017.
- SOCIAL, Conselho Federal De Serviço. CFESS. **Atribuições do assistente social na saúde. Resolução**, n. 383/99, 2017.